

# RESENHA

RICUPERO, B. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007, 220p.

## AS INTERPRETAÇÕES DOS E SOBRE OS INTÉRPRETES DO BRASIL

Diogo da Silva Roiz<sup>1</sup>

ROIZ, D. da S. As interpretações dos e sobre os intérpretes do Brasil. *Akrópolis* Umuarama, v. 21, n. 1, p. 63-65, jan./jun. 2013.

As interpretações sobre os intérpretes do Brasil se avolumam e, nas últimas duas décadas, o crescimento desses estudos passou a ser vertiginoso. Desde o acolhedor estudo de Antônio Cândido no final dos anos de 1960, em que definia as obras de Gilberto Freyre (*Casa-grande & Senzala*), Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*) e Caio Prado Jr. (*Formação do Brasil contemporâneo*), como fundadoras de uma nova visão sobre o Brasil e de sua história, para as gerações que cresceram, a partir dos anos de 1930, que sua análise passou a vigorar como formadora de um verdadeiro cânone de autores e obras fundamentais para se entender o país, daquele período para cá. Por certo, talvez, o próprio Cândido não esperasse o resultado que se inaugurou a partir de sua leitura sobre os intérpretes do Brasil. Mas, em longo prazo, foi ela que veio a estabelecer certos padrões de leitura e de interpretação daqueles autores e de suas obras, na história da historiografia brasileira.

Foi justamente ao revisitar o tema, que Bernardo Ricupero – que em obras anteriores, já daria início a tal revisão crítica (2000, 2004) – procuraria, nestas sete lições sobre algumas das principais interpretações do Brasil produzidas no século passado, debruçar-se sobre o tema, elencando como questão central em sua análise inquirir se há um pensamento político brasileiro e se aqui as ideias estariam em seu lugar. Para isso, deteve-se sobre as obras: *Populações meridionais do Brasil* (de 1920) de Oliveira Vianna (1883-1951), *Casa-grande & Senzala* (de 1933) de Gilberto Freyre (1900-1987), *Raízes do Brasil* (de 1936) de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), *Formação do Brasil contemporâneo* (de 1942) de Caio Prado Jr. (1907-1990), *Os donos do poder* (de 1958) de Raymundo Faoro (1925-2003), e *A revolução burguesa no Brasil* (de 1975) de Florestan Fernandes (1920-1995). Sobre cada autor elaboraria uma síntese de sua trajetória, os principais livros que publicou, as contribuições que deixou para a compreensão da história do Brasil, atendo-se com maior atenção às obras selecionadas de cada um para a análise.

Assim, o primeiro ponto que o autor se questiona é porque essas interpretações do Brasil não surgiram a partir do período imperial. Para ele, naquele momento “a preocupação preponderante, nos anos que se seguiram à independência, não foi, nem poderia ter sido, em interpretar o Brasil, mas sim de criar referências nacionais para o país recém-independente”, e, por essa

<sup>1</sup>Professor do curso de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), na unidade de Amambai. Doutor em História pela UFPR, onde está fazendo estágio de pós-doutorado. E-mail: diogosr@yahoo.com.br.

razão, “procurava-se estabelecer um programa para a crítica literária brasileira, ao mesmo tempo que se fazia um esforço para criar uma literatura e uma historiografia nacionais” (2007, p. 21). Aliado a esse fator, deve-se ter em conta que: “investigações mais totalizantes a respeito do país era impedida pelas próprias condições da sociedade de então, na qual o fato dominante era o trabalho escravo”. Mas, desde “a década de trinta do século XX, a universidade começa a ganhar importância e, com ela, muda o padrão de reflexão sobre o país”, donde notar que se “nos primeiros anos da República prevalecia o ensaio, as monografias sobre temas específicos vão progressivamente ocupando espaço” e a “evolução não deixa de trazer vantagens evidentes [...], mas implica também certas perdas, ao contribuir para obliterar a compreensão de como esses temas estão inseridos num quadro mais amplo” (2007, p. 22). Ao analisar cada um desses diferentes contextos de produção, que o autor se indaga se existiria um pensamento político e social brasileiro, assim como se as ideias estariam em seu lugar.

Para demonstrar suas hipóteses, o autor parte da análise da obra de Oliveira Vianna, em que se promoveria “a construção de tipos regionais com base em fatos sociais”, método herdado da escola de Le Play, no qual os “tipos surgiam do ambiente natural e, a partir daí, do tipo de propriedade e de família neles desenvolvido” (2007, p. 53). De acordo com Vianna, “em certas condições, a autonomia do Estado deve levar à criação, de maneira voluntarista, da sociedade que se deseja [...] devido a certas condições prévias”, a saber, “a índole do povo brasileiro” (2007, p. 68). Na interpretação que compôs sobre a sociedade brasileira, sua obra despertaria os mais diversos comentários e críticas dos intérpretes que se seguiriam depois dele. Mas, o mais “importante nessa controvérsia a respeito de Oliveira Vianna e, na verdade, a propósito também do pensamento autoritário da República Velha e do pensamento conservador do Império talvez seja simplesmente deixar claro que se é relativamente fácil pôr-se de acordo em relação aos instrumentos de ação política preconizados por essa tradição política, o mesmo não ocorre com os valores que a orientam” (2007, p. 72).

Como notará, em “termos de interpretação do Brasil, a análise de Freyre, ao atribuir a primazia da família na colonização, se distancia da de Sérgio Buarque de Holanda, que destaca

o papel do indivíduo aventureiro, da de Raymundo Faoro, que privilegia o Estado, e, de certa forma, da de Caio Prado Jr., que enfatiza sua orientação comercial” (2007, p. 88). E é nesse jogo tenso e complexo de discussões e interpretações do Brasil, que o texto perpassa pelas obras dos autores, sugerindo caminhos e formas de leitura e recepção, de uns em relação aos outros. Desse modo:

[...] a importância que atribuem ao problema da adaptação do colono português ao ambiente americano, o que foi estimulado em *Populações meridionais do Brasil* principalmente pela influência da escola sociológica de Le Play, e em *Casa-grande e Senzala*, pela referência ao neo-lamarckismo. A partir daí, ambos dão grande peso ao latifúndio e à família patriarcal no desenvolvimento da sociedade brasileira.

No entanto, não são exatamente coincidentes as avaliações que oferecem sobre o latifúndio e as formas de sociabilidade prevalentes no país. Essas divergências dificultam até a caracterização do conservadorismo de Oliveira Vianna e de Gilberto Freyre (2007, p. 95).

Além disso, também identificaria quais as aproximações entre as obras de Freyre e Holanda, para as quais “a colonização ter[ia] sido realizada por uma nação ibérica, localizada, portanto numa região indecisa entre a Europa e a África” (2007, p. 107). Mas, as similaridades interpretativas entre ambos, distanciar-se-iam quando:

[...] o que para Sérgio Buarque é um problema – o predomínio do ambiente doméstico e, conseqüentemente, ausência de república –, talvez até o maior problema da colônia e, de maneira geral, da vida brasileira, não o é para Freyre. Mais ainda, segundo o historiador paulista, a auto-suficiência do domínio rural impossibilitaria que se superasse o contexto da família patriarcal, estabelecendo-se verdadeira república. Já para o sociólogo pernambucano, essa não é uma questão real, até porque a auto-suficiência do sistema Casa-grande e Senzala tornaria dispensável buscar criar algo como a coisa pública (2007, p. 123).

Mesmo Caio Prado Jr., de certa forma, não conseguiria fugir de todos os racismos, preponderantes na época em que escreveu suas obras. No entanto, ao buscar analisar o ‘sentido

da colonização' nas Américas, este notaria que "sua razão de ser seria produzir bens demandados pelo mercado mundial capitalista então em constituição" (2007, p. 149), e nisto residiria sua originalidade, inaugurando uma nova linha de interpretação do Brasil. Para o autor, ao sugerir, desse ponto de vista, a totalidade das características da obra colonizadora dos portugueses, a obra de Caio Prado ultrapassaria certas abordagens, como a de Holanda e Freyre, que "chamam a atenção para aspectos relevantes da vida colonial – em especial, a formação da família patriarcal e a atuação do *éthos* do aventureiro no Brasil – mas são incapazes de explicar como essas características se combinam". Fato, aliás, que não ocorreria com a interpretação de Prado Jr., que a "partir do 'sentido da colonização', [também lhe possibilitaria] entender a criação da família patriarcal e a atuação do *éthos* aventureiro no Brasil" (2007, p. 150-1).

No caso de Faoro, ao buscar definir de que maneira a estrutura patrimonialista estatal fora transplantada para os trópicos, ele acabaria por se aproximar de Prado Jr., em vários pontos de sua interpretação. Ao criticar a vertente da interpretação da história brasileira que identificou uma etapa feudal em sua formação, "entende a descoberta e a colonização do Brasil como parte de um todo maior, [com] a expansão ultramarina européia". Além disso, limitado apenas a uma figura retórica, o feudalismo não se importaria aqui, "já que [...] prevaleceria, no contexto de capitalismo mercantil, a empresa agrícola voltada para a produção de bens demandados para o mercado externo" (2007, p. 170). Muito embora existam traços que sugeriram uma aproximação entre a obra desses autores, por tentar evidenciar uma linhagem de interpretação do Brasil que teria início com a obra de Caio Prado, o autor deixa de verificar outras relações que também se estabeleceriam entre esses autores e suas obras. No caso de Faoro, ele próprio alinha em muitos momentos sua interpretação com a de Sérgio Buarque de Holanda, que nos anos 1930 procurou avaliar a herança ibérica e a maneira como esta inviabilizava o desenvolvimento da democracia na sociedade brasileiro.

Semelhante a leitura que fez da obra de Faoro, o autor fará para a de Florestan Fernandes. Para ele, também Florestan Fernandes se afastaria de intérpretes do Brasil como Freyre e Holanda, que dispensaram grande atenção para a literatura, na mesma medida em que se

aproximaria "da linha de análise que, desde Caio Prado Jr., ressalta a ligação do Brasil com um quadro maior, em que o desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial é o dado principal" (2007, p. 203).

Assim resumido seu roteiro de análise dos intérpretes do Brasil, bem como das interpretações que foram feitas sobre eles pela historiografia nacional, o autor demonstraria como, a partir da obra de Caio Prado Jr. – com sua abordagem marxista e seu enfoque sobre o 'sentido da colonização', abrangendo a totalidade dos nexos do sistema colonial no Antigo Regime europeu com as Américas, por meio do funcionamento de seu comércio internacional – fixaria as bases para a formação de um pensamento político brasileiro, cujas ideias aqui estariam em seu lugar; na medida em que propunha uma leitura completamente original do marxismo, para pensar um sistema produtivo, de certa forma até adverso ao que lhe deu origem, como foi o caso do capitalismo em desenvolvimento na Inglaterra. Nesse sentido, ao sistematizar os enfoques dos autores selecionados, Ricupero (2000) indicaria as continuidades e rupturas de temas e abordagens entre uns e outros, sendo a repetição de determinadas questões algo latente em nosso meio, e que dariam origem a formação de nosso pensamento político e social, tanto quanto dos subsídios para rastrear a sua história. Por essas razões, a obra é um excelente material para a introdução da história do pensamento político e social brasileiro, ainda que como Cândido, talvez também inesperadamente propicie a conformação de um novo cânone interpretativo dos intérpretes do Brasil. Nesse aspecto, um ponto a ser questionado na obra é em que medida a linhagem que teria se formado a partir da obra de Caio Prado Jr. além de limitar a leitura destes intérpretes do Brasil, também não teria um cunho artificial, mais tirando as ideias do lugar, do que as recompondo num quadro de leitura coerente com o que aqueles intérpretes fizeram em suas épocas.

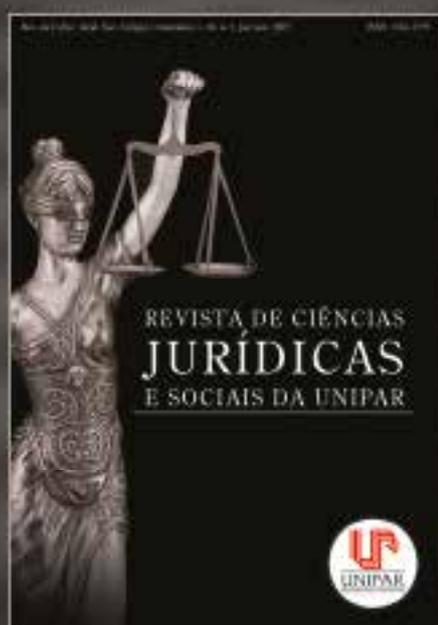
## REFERÊNCIAS

RICUPERO, B. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

\_\_\_\_\_. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

# REVISTA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS DA UNIPAR

ISSN 1516-1579



- Publica trabalhos referentes à área de Direito e Ciências Correlatas.
- Periodicidade: Semestral
- e-mail: [rcjuridica@unipar.br](mailto:rcjuridica@unipar.br)  
<http://revistas.unipar.br/juridica>

O CONHECIMENTO NÃO É NADA SE NÃO FOR COMPARTILHADO

